

VII Seminário Heliópolis Bairro Educador

VII SEMINÁRIO Heliópolis, Bairro Educador A educação na luta por direitos: Como resistir? Dias 28 e 29 de Setembro de 2017

Heliópolis vem desenvolvendo uma trajetória exemplar de organização social, na qual a mobilização promovida pelas organizações comunitárias locais se junta aos projetos de intervenção urbana, cultural e educacional do poder público. Foi dessa forma que transitou de uma condição urbana que a caracterizava como favela, e cujos esforços principais se dirigiam às demandas por habitação, regularização de terras e serviços sociais básicos, a uma distinta condição que consistiu na construção de um “Bairro Educador”.

Nesse processo de conquistas, Heliópolis foi constituindo novas referências simbólicas e práticas de atuação comunitária, gerando inovadoras formas de ação e relacionamentos políticos, inéditas propostas de reforma urbana e uma visão mais integrada, positiva e dignificadora das dimensões pedagógicas da cultura e da educação.

Nos últimos dois anos, o Brasil vem enfrentando um duro retrocesso político que tem como consequência a perda de direitos, o esvaziamento dos espaços de participação e a descrença no papel do Estado. Nessa conjuntura, qual o papel da educação? É nesta perspectiva que o VII Seminário Heliópolis, Bairro Educador vem sendo construído não só como um espaço de reflexão, mas especialmente como um espaço de resistência e democracia.

Acreditamos que a transformação de Heliópolis e região em um Bairro Educador exige a criação de práticas educativas centradas na valorização do ser humano, bem como na vivência e disseminação de novos valores que tragam a possibilidade real de construção de uma sociedade mais justa, igualitária e humana.

VII SEMINÁRIO HELIÓPOLIS, BAIRRO EDUCADOR

A EDUCAÇÃO NA LUTA POR DIREITOS:
COMO RESISTIR?

28 SETEMBRO
19:30 MESA DE ABERTURA

29 SETEMBRO
9H AS 12H - MESA DE DEBATE
14H AS 17H - OFICINAS

LOCAL: ESTRADA DAS LÁGRIMAS, 2385



Inscrições para VI Seminário Heliópolis Bairro Educador

Clique [AQUI](#) e realize sua inscrição:

Mesa de Abertura - Quinta-feira (28/09) às 19:30hs - Estrada das Lágrimas, nº 2385 - CEU Heliópolis

Mesas de debates e Oficinas - Sexta-feira (29/09) das 09hs às 17hs - Estrada das Lágrimas, nº 2385

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

MESA 1: Educação em tempos de golpe: a conjuntura política no Brasil e na América Latina

No início dos anos 2000, a América Latina viveu uma marola progressista que resultou na ascensão de uma série de partidos mais à esquerda ao governo de diferentes países, como a Argentina, o Uruguai, o Equador, o Brasil e Venezuela, onde atualmente observa-se uma potencial intervenção militar comandada pelos EUA por meio de sua agência de inteligência, CIA. Nesse contexto, em consonância com as pautas dos movimentos sociais, foi possível realizar verdadeiros avanços no que se refere à distribuição de renda e à promoção de direitos.

No entanto, apesar desses avanços, vivemos agora, novamente, uma reversão do Estado Democrático de Direito em vários países da América Latina, especialmente no Brasil. Em uma conjuntura de cerceamento de

direitos e liberdades, como realizar uma educação popular de fato emancipadora? De que forma educadores e educadoras podem se aliar aos movimentos sociais na luta pela manutenção do estado democrático de direito?

Debatedores:

Elifas de Paula - Professor de história da Rede Pública Municipal, educador pelo Núcleo de Educação 13 de maio.

João Bosco – Marceneiro, liderança comunitária e diretor da UNAS.

Mediação: Antônia Cleide Alves – Presidente da UNAS

LOCAL: Auditório da Biblioteca do CEU Heliópolis

MESA 2: Os direitos das mulheres e a educação: como resistir ao contexto atual?

Em Heliópolis, as mulheres sempre foram protagonistas das lutas sociais. Assim como em toda parte, o movimento feminista foi responsável por criar reivindicações relacionadas também aos direitos das crianças e adolescentes. Exemplos nesse sentido não faltam na história e um deles é o Movimento das Mães Crecheiras. Por conta dessa luta, muitos direitos foram consolidados e, cada vez mais, toda a sociedade vem se tornando responsável, junto com as mães, pela vida da cada criança e adolescente. Nesse sentido, lutar pelos direitos das mulheres é lutar pelos direitos humanos de forma geral.

Em uma conjuntura de perda de direitos em todas as áreas, especialmente nas áreas sociais e trabalhistas, mulheres, crianças e adolescentes, por já serem grupos vulneráveis, são os primeiros a ser atingidos, o que coloca em risco não somente esses grupos mas, de fato, todo o futuro do país. Assim, como famílias e equipamentos educativos e sociais podem se organizar para barrar este retrocesso? De que forma as instituições podem colaborar na resistência feminista aos duros golpes que sofrem os direitos humanos no Brasil?

Debatedoras:

Sara Siqueira - militante da Marcha Mundial das Mulheres

Lídia Tavares - diretora da UNAS e Coordenadora do Grupo de Mulheres da UNAS.

Mediação:

Luciana Agda das Graças - diretora da UNAS e Coordenadora do Grupo de Mulheres da UNAS.

LOCAL: EMEF Pres. Campos Salles

MESA 3 - A Juventude da Quebrada: qual a percepção da juventude periférica sobre o cenário político atual?

Diversas pesquisas têm se debruçado sobre o tema da percepção política da juventude tentando entender como os jovens têm pensado e construído suas posições em relação à política e aos direitos humanos. Se por um lado, acompanhamos o protagonismo dos jovens nas ocupações e na organização dos Secundaristas em luta, os quais se opõe ao modelo educacional atual e, conseqüentemente, repensam a gestão das escolas estaduais; por outro lado, vemos certa adesão da juventude a discursos conservadores, tais como o da Escola Sem Partido. Como entender esses movimentos? Como a juventude tem pensado essas questões? Como tem se posicionado? Qual o papel da juventude nas transformações sociais? Quais as formas de organização, ocupação e resistência da juventude?

Debatedores:

Ygor Silva Santos - morador de Heliópolis, estudante de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Militante do Levante Popular da Juventude desde Julho de 2016, atua na frente territorial, contribuindo para organização da juventude nas periferias de São Paulo. Também faz parte dos setores de diversidade sexual e de gênero e do setor de negros e negras.

Níve Loriani - Liderança comunitária, membro da Juventude do PT do DZ-Ipiranga e diretora da UNAs.

Mediação:

Bruno Correia Milani - membro do Fórum da Juventude da UNAS e educador social.

Régis Foge Jacintho - membro do Fórum da Juventude da UNAS.

LOCAL: Auditório da ETEC

MESA 4: A Educação e a Cultura como resistência estratégica de organização política: Por que há desmonte da cultura em épocas ditas de “crise” econômica?

Em todas as esferas, seja municipal, estadual ou federal, a verba destinada à cultura geralmente não ultrapassa 1% do orçamento total. Mesmo assim, em tempos de “crise econômica” as pastas de cultura são as primeiras a sofrerem cortes os quais na percepção dos movimentos culturais são entendidos como desmonte (intencional) das diversas formas de manifestações artísticas, mas com alguns alvos preferenciais como a cultura popular e todas aquelas produzidas nas periferias das cidades.

Colado no discurso da crise econômica, os governos menos progressistas tendem a considerar a cultura como um bem supérfluo e, por isso, merecedor dos primeiros “sacrifícios” no que se refere aos cortes orçamentários.

A cultura e a educação são irmãs no que se refere à formação crítica e cidadã. Aliadas, as duas esferas são as principais estratégias de organização política para a emancipação do povo e a criação de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, como a educação pode fortalecer a luta por uma política cultural efetivamente democrática e crítica?

Debatedores:

André Gravata – Jornalista, apaixonado por educação, membro do Movimento Entusiasmo.

Nabil Bonduki

Solange Borelli - Articuladora Cultural, Militante das Artes e Arte Educadora. Membro da Frente Única pela Cultura

Mediação: José Genário Pereira de Araújo - diretor da UNAS e Coordenador de Ação Cultural do CEU Heliópolis Profª Arlete Persoli.

LOCAL: EMEF Pres. Campos Salles

MESA 5: Visibilidade LGBT e políticas públicas: a resistência do movimento pelo direito à educação

Apesar das inúmeras dificuldades para levantar dados sobre a violência contra grupos LGBTs no Brasil, segundo o último relatório da ILGA (Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais) o país é o primeiro colocado em número de homicídios contra LGBTs nas Américas. Sabe-se, também, que boa parte dos LGBTs, especialmente as pessoas Trans e Travestis, são expulsas das escolas em razão das discriminações sofridas a prostituição, muitas vezes, é um caminho que aparece como um ato de sobrevivência.

Por outro lado, em razão da organização dos movimentos LGBTs na cidade de São Paulo, houve avanços significativos no combate à violência contra essa população. Foram implantados equipamentos e programas voltados à garantia de direitos da população LGBT e inserção destes em programas educacionais como os

Centros de Cidadania LGBT e o Transcidadania. No entanto, apesar desses avanços, há grupos organizados - que geralmente representam segmentos de grupos religiosos - atuando fortemente contra a ampliação dessas políticas que protegem vidas. Conseguiram barrar, por exemplo, todas as questões ligadas à discussão de gênero e sexualidade, apontadas pelo Plano Municipal de Educação de São Paulo em 2015, consideradas fundamentais para o combate a LGBTfobia, pondo em risco, inclusive a laicidade da educação pública. Diante desse quadro, como se posicionar? De que forma tornar currículo as discussões de gênero e sexualidade que estão circulando pela sociedade? De que forma educadoras e educadores podem auxiliar os movimentos LGBTs na luta por seu direito à educação?

Debatedoras:

Gerô Hannah Barbosa - jornalista e pedagoga, diretora da UNAS, militante do Movimento LGBT da UNAS e coordenadora do Centro de Cidadania LGBT Santo Amaro.

Paula Beatriz de Sousa Cruz - Mulher Transexual, professora e diretora de escola. Pós-graduada em Gestão Educacional e Docência do Ensino Superior. Militante independente dos movimentos sociais, políticos, educacionais e culturais LGBT.

Mediação: Mairton Bezerra - militante do Movimento LGBT da UNAS, gestor do Núcleo de Proteção Jurídico-Social e Apoio Psicológico (NPJ) da UNAS.

LOCAL: EMEF Pres. Campos Salles

MESA 6: A contribuição da educação nas lutas identitárias dos negros e negras: a política de cotas e o colorismo

Depois de quase 400 anos de escravidão no Brasil ainda temos a responsabilidade de reparar as marcas que esse período deixou em nossa história. Passados 127 anos da promulgação da Lei Áurea, enormes desigualdades em relação à população negra no país ainda persistem. Estatisticamente, os pretos são mais pobres, têm menor grau de instrução, menos acesso a direitos básicos como educação, saúde etc. e, principalmente no que se refere à juventude periférica, estão mais expostos à violência de Estado.

Como forma de combater essas violências, fruto dessa longa história de desigualdades e discriminações, os movimentos sociais criaram as políticas afirmativas na busca pela garantia da igualdade de oportunidades e de tratamento. No âmbito educacional, a principal ação afirmativa é a política de cotas, principalmente nas universidades, nas quais geralmente o candidato se autodeclara negro(a) ou pardo(a)

Por outro lado, na perspectiva das lutas identitárias, o movimento negro também vem fazendo reflexões a partir da ideia de “colorismo”. Segundo o site “Blogueiras Negras”, o termo, de uma maneira simplificada, significa que quanto mais pigmentada for uma pessoa, maior será a exclusão e discriminação sofrida pela mesma.” Nesse sentido, quanto maior for os “traços brancos” ou “características fenotipicamente brancas”, menor o preconceito sofrido. De que forma, então, a escola e os equipamentos educativos podem contribuir para a visibilidade das questões dos movimentos negros e, assim, colaborar no combate ao racismo, no que se refere à cultura, identidade e estética negras? Como as políticas de cotas raciais vêm contribuindo para a afirmação das culturas afro brasileiras e para a superação da discriminação nos mais diversos ambientes sociais?

Debatedores:

Prof. Dr. Cleber dos Santos Vieira - Prof. Titular do Depto. de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da UNIFESP.

Kelli Cristina Vicente - Psicóloga, educadora social, gestora do CCA Georgina e coordenadora do Movimento Negro da UNAS.

Mediação: Maria Antônia Fulgêncio - Educadora social, diretora da UNAS e coordenadora do Movimento Negro da UNAS.

LOCAL: EMEF Pres. Campos Salles

MESA 7: A democratização da Universidade Pública nas Periferias e Comunidades – Acesso e Permanência

Essa mesa se propõe a debater, a partir das experiências do programa UNICEU da Prefeitura Municipal de São Paulo e da Universidade Federal do Paraná – Campus Litoral, as práticas de democratização do ensino público universitário.

Nos últimos anos as classes trabalhadoras vêm ganhando cada vez mais espaço nas universidades públicas. Conquistadas pelos movimentos sociais, políticas públicas de acesso e permanência vêm sendo cada vez mais consolidadas. Segundo pesquisa de 2015 publicada pelo IBGE, as ações afirmativas das últimas décadas aumentaram o percentual de alunos pobres nas universidades públicas de 6,2% (2005) para 8,3% (2015) e nas pagas esse percentual subiu de 0,8% para 4%.

Apesar desses avanços, ainda é necessário discutir sobre a permanência dessa população no ensino superior, levando em consideração o caráter público das universidades – ou seu financiamento por meio do dinheiro público – bem como, o fato de que políticas afirmativas almejam compensar as desigualdades sociais, mas não as resolvem por completo.

Dessa forma, como as políticas públicas de democratização das universidades podem contribuir, tanto no âmbito do sujeito, quanto no âmbito coletivo. para a superação das injustiças sociais? Tendo em vista que as instituições de ensino superior vêm sendo ocupadas pelas periferias e também têm se deslocado fisicamente para locais mais pobres, como elas podem dialogar com as necessidades das comunidades onde elas estão inseridas? De que maneira o conhecimento produzido no ensino superior pode contribuir para a diminuição das desigualdades enfrentadas na sociedade?

Debatedores:

Jayson Magno da Silva - Diretor do Núcleo Técnico da Universidade nos Centros de Educação Unificados (CEUs).

Valdo José Cavallet – Educador, Profº da Universidade Federal do Paraná, diretor de um projeto de educação emancipatória na UFPR Litoral.

Mediação:

Enio de Freitas – Coordenador da UNICEU Heliópolis Profª Arlete Persoli

LOCAL: Cinema

MESA 8: As políticas de avaliação e currículo: como construir e monitorar projetos de Educação Integral a partir de marcos legais?

Na perspectiva da Educação Integral, o currículo é um conjunto de concepções e valores que, organizados em determinadas práticas, devem proporcionar a criação de significados e contribuir para a construção de identidades culturais e sociais dos estudantes, articulando diversos saberes, espaços e tempos vinculados ao território em que está inserida a instituição.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9394/96 garante a autonomia das escolas na proposição de seus projetos políticos pedagógicos. Além disso, em outro artigo, a LDB também prevê a criação de uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC), um documento de caráter normativo, que segundo a sua versão atual

visa “contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.”. Em discussão desde 2015, a perspectiva é de que a Base entre em vigor já em 2018.

Nos últimos anos, as avaliações de grande escala promovidas pelo Ministério da Educação tem tido importante papel na formulação de políticas públicas de educação tanto em nível nacional, como local (nos municípios e até mesmo nas escolas). Parcialmente na mesma linha da BNCC, essas avaliações foram criadas como uma forma de balizar a qualidade da educação, criando e testando parâmetros para a educação básica brasileira.

Considerando essa conjuntura e o caráter normativo e obrigatório que tanto a Base, quanto as avaliações nacionais têm, de que forma as escolas poderão organizar seus projetos políticos pedagógicos de modo a garantir as questões específicas dos locais onde estão inseridas? Por outro lado, de que maneira o estado pretende garantir que essas normas sejam cumpridas assegurando, assim, a igualdade de aprendizagem em todo o Brasil?

Debatedores:

Claudio Maroja - Diretor do Núcleo Técnico de Avaliação da SME-SP

Helena Singer – Socióloga, líder de juventude para a América Latina da Ashoka.

Wagner Palanch - Diretor do Núcleo Técnico de Currículo da SME-SP

Mediação:

Daniela Rosa - Coordenadora Pedagógica da EMEF Pres. Campos Salles.

Maurício de Sousa - Coordenador Pedagógico EMEI Antônio Francisco Lisboa.

LOCAL: EMEF Pres. Campos Salles

MESA 9: Gestão Pública Democrática: avanços e desafios na autonomia da escola

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9394-96, no Art. 15 garante que os diferentes sistemas de ensino assegurarão às escolas públicas progressivos graus de autonomia pedagógica e financeira. Além disso, a LDB garante que as escolas podem se organizar de formas diversas àquelas seriadas, de acordo com a demanda do processo ensino-aprendizagem (Art. 23). A mesma lei institui como obrigação da escola e dos sistemas de ensino a constituição de uma gestão democrática.

A partir dessas concepções, de que forma os órgãos executivos ligados à educação pública podem consolidar uma rede de ensino homogênea no que diz respeito à qualidade social? E como as escolas podem construir um projeto político pedagógico autônomo pertinente às demandas das localidades onde estão inseridas? E como ambos, escolas e órgãos executivos podem, em conjunto, construir um sistema educativo efetivamente democrático capaz de contribuir com o desenvolvimento social?

Debatedores:

Alexandre Schneider (a confirmar) - Secretário Municipal da Educação da cidade de São Paulo.

Braz Rodrigues Nogueira - Educador, diretor da UNAS e ex-diretor da EMEF Pres. Campos Salles

Natacha Costa - Diretora da Cidade Escola Aprendiz

Mediação: Marília de Santis - diretora da UNAS e Gestora do CEU Heliópolis Profª Arlete Persoli

LOCAL: Sala Multiuso

Grupos de Trabalho e Oficinas (Das 14hs às 17hs)

- 1 - Brincadeiras e Cultura Africanas. Oficina - Cantinhos Variados de atividades afro. Proponente: Movimento Negro da UNAS.
- 2 - Participação Social e Currículo. Oficina. Proponente: Cidade Escola Aprendiz.
- 3 - Rádio Comunitária de Heliópolis: Na onda da cidadania. Oficina. Proponente: Reginaldo José e Ivonverine.
- 4 - Mediação de Conflitos na escola. Relato de Prática. Adriana Santana, Daniela Rosa - EMEF Pres. Campos Salles e gestão da EMEF Luiz Gonzaga do Nascimento Jr.
- 5 - Tecnologias em Heliópolis. Roda de Conversa. Proponente: Grupo de Estudos do Fab Lab Heliópolis.
- 6 - Cartografias da Memória. Oficina. Proponentes: Anita Vaz e Laura Lanari.
- 7 - Acolhimento nos espaços públicos. Psicodrama. Proponente: Secretaria do CEU Heliópolis Prof^a Arlete Persoli e da EMEF Pres. Campos Salles
- 8 - Marcas do invisível: Prevenindo e Enfrentando o abuso sexual contra crianças e adolescentes na rede de proteção e organizações sociais. Espaço Vivencial e de Reflexão. Proponente: Projeto - "Violência aqui não entra não".
- 9 - Conselho Tutelar e a Rede de Proteção Social. Relato de Prática. Proponentes: Gilmar Da Hora e Solanje Agda da Cruz.
- 10 - Música e percussão como meio de protesto e reivindicação. Oficina. Proponente: Maria Julia - Marcha Mundial das Mulheres.
- 11 - Círculo de Cultura: alfabetização em movimento. Círculo de Cultura. Proponentes: Meire Lima e Rubenildo Limeira.
- 12- Diversidade sociocultural em discussão na literatura clássica e moderna brasileira. Oficina. Proponente: Prof. Francisco Fagner e estudantes da ETEC Heliópolis.
- 13 - O papel da Economia Solidária no Bairro Educador: a educação popular organizada contra a exploração dos(as) trabalhadores(as). Relato de Prática. Proponentes: Ângela São José e Débora Orellana.
- 14 - O papel das bibliotecas na sociedade da (des)informação e da pós-verdade. Oficina. Proponente: João, Suelen e Robélia - Bibliotecários do CEU Heliópolis Prof^a Arlete Persoli.
- 15 - Práticas democráticas na Educação Não-Formal: a experiência dos CCAs da UNAS. Relato de Prática. Proponentes: Kelli Cristina Vicente, Nicolau Beltrão, Representantes das crianças, Rafael Ottone